

Mesa Redonda de ASA-EUA (African Studies Association-USA) acerca da crise em Cabo Delgado, 19 de novembro de 2020.

Nota: Agradeço ao Sr. António Roxo Leão pela edição e correções da minha tradução de texto de inglês para o português (Liazzat J. K. Bonate).

Intervenção de Liazzat J. K. Bonate: Cabo Delgado como um Catálogo de Falhas

Recentemente, Cristiano d’Orsi descreveu a situação de Cabo Delgado como um catálogo de falhas. Em particular, ele destacou a incapacidade do governo de Moçambique de discutir abertamente a crise e ajudar aqueles que precisam de apoio. A falta de informações do governo ajudou a criar confusão. Além disso, o governo vem aderindo continuamente a uma abordagem militar que levou a vários abusos dos direitos humanos.

Em agosto, o major-general Dagvin R.M. Anderson, comandante de Operações Especiais dos Estados Unidos em África, disse numa nota ao Departamento de Estado que o núcleo do Estado Islâmico fornece treinamento aos combatentes em Moçambique, dá-lhes educação e recursos adicionais. “Houve uma interpretação errada da situação, um erro de cálculo de que se tratava de um pequeno problema interno, bem dentro da capacidade de Moçambique de se extinguir”, disse ele.

Embora os militares moçambicanos tenham lutado largamente contra os insurgentes por conta própria, e com a assistência de contratos com empresas militares privadas do Zimbabué e da África do Sul, a sua resposta teve poucas repercussões por falta de recursos, de acordo com o Instituto de Estudos de Segurança.

O primeiro item no catálogo de fracassos é a falta de pesquisas sérias sobre a emergência e o desenvolvimento da insurgência por meio de uma perspectiva social e histórica. Há uma carência de pesquisa de campo orientada para detalhes, articulando as dimensões históricas e socioculturais das comunidades muçulmanas locais, e também, a dinâmica das mudanças da insurgência antes e durante o período de 2017 até o presente (o quarto ano), incluindo diversas perspectivas da população local, sua agência e suas vozes.

Se se adoptar uma abordagem histórica de longa duração, fica claro que o jihadismo radical actual é apenas um episódio na longa linha de reformas históricas e renovações por quais o norte de Moçambique passou desde a implementação do Islão no século VIII. A minha pesquisa, com base em fontes de arquivo portuguesas e moçambicanas e entrevistas de história oral, indica que houve casos de jihad na história moçambicana, como, por exemplo, o de Mussa Quanto de Angoche no século XIX. E cada vez que uma nova concepção dos discursos e práticas islâmicas se aventurava no norte de Moçambique, os muçulmanos locais frequentemente respondiam com violência, que por vezes terminava em mortes, e, durante o período colonial, com o envolvimento da administração colonial e da polícia, resultando na prisão dos principais protagonistas. Isso aconteceu quando as Ordens Sufis chegaram no final do século XIX, quando a autoridade e o controle do Islão, até então nas mãos de elites políticas de sultões e shaykhs e estruturas associadas como *mwalimu* e curandeiros, passaram para as mãos de estudiosos islâmicos sem tais ligações ao poder político, mas cuja autoridade derivava da cadeia de transmissão, *silsila*, autenticada por um diploma, *ijaza*, que veio dos

pólos de autoridade dessas Ordens Sufis no exterior, seja Zanzibar, Somália, Comores, Bagdade, Palestina ou Meca.

Este facto por si só indica que os muçulmanos moçambicanos nunca estiveram isolados da ‘*umma*’ global, ou da comunidade islâmica mais ampla do mundo, e que eles estavam cientes e reagiram às transformações que ocorreram noutras partes do mundo islâmico. Em suma, os muçulmanos do norte de Moçambique nunca se desligaram da ‘*umma*’ e, claramente, persistiram em ser parte integrante dessa comunidade global.

Também houve violência quando as primeiras interpretações Salafistas invadiram os círculos muçulmanos moçambicanos no início dos anos 1950, quando os chamados Deobandis, ligados ao subcontinente indiano e à comunidade indiana sul-africana, abalaram as mesquitas locais. Na década de 1960, os sukutis, ou quietistas que advogavam contra as Ordens Sufis, que naquela época se tornaram a característica central do Islão moçambicano como um todo, foram confrontados com facções e varas em lugares como Angoche, resultando na destruição de mesquitas e madrasas e na morte de alguns dos protagonistas.

Ainda mais violenta foi a reação aos Wahhabis que voltaram dos estudos na Universidade de Medina na década de 1960 e tentaram ‘purificar’ o Islão local de supostas *bidah* (inovações prejudiciais) e *shirk* (idolatria), actos dirigidos para destituir a autoridade Sufi de Moçambique. A violência voltou a acontecer, mas desta vez o regime colonial português ficou ao lado dos Sufis, visto que no contexto da guerra de libertação (1964-1974), as Ordens Sufis detinham um poder considerável entre os muçulmanos do norte de Moçambique. Isso não impediu, no entanto, que os Wahhabis implorassem ao regime para serem incluídos em programas coloniais de ‘portugalização do Islão’ enquanto, ao mesmo tempo, muitos shaykhs Sufis prestavam o seu apoio à MANU e à Frelimo no norte de Moçambique, bem como no Tanganica e Zanzibar.

Somente após a independência, depois de um curto período (1977-1982) em que a Frelimo adoptou uma luta contra a religião e o ‘obscurantismo’, conseguiram os Salafi-Wahhabis aliar-se ao partido governante, que criou o Conselho Islâmico para controlar os muçulmanos, em particular suas relações com a ‘*umma*’ regional e global. Enquanto isso, os Sufis apresentaram o seu próprio projecto de organização nacional, o Congresso Islâmico. Por meio dessas organizações, os muçulmanos conseguiram atrair várias organizações islâmicas internacionais para Moçambique e distribuir bolsas de estudo para instituições como a Universidade de Medina e Al-Merkaz Al-Islami Al-Ifriqi bi’Khartoum no Sudão, entre outras.

Esses episódios enfraquecem três pontos nos escritos de académicos, jornalistas e especialistas em segurança sobre a crise de Cabo Delgado: 1) esses autores tendem a destacar a violência dentro das comunidades muçulmanas como um indicador do aumento do radicalismo, mas, historicamente, a violência acompanhou todos momentos de reforma no Islão local; 2) eles também argumentam que os muçulmanos locais sofreram lavagem cerebral e de alguma maneira foram levados ao radicalismo por causa dos elementos externos vindos da Tanzânia, Quênia, Uganda, RDC e países do Golfo Pérsico. No entanto, a história mostra que os muçulmanos locais nunca estiveram isolados da ‘*umma*’ regional e global e, portanto, os seus vínculos com essa ‘*umma*’, e em particular com a Tanzânia, devem ser assumidos como de longa duração, contínuos e ininterruptos; 3) esses autores também sustentam que o surgimento do radicalismo estava ligado ao Salafi-Wahhabismo e aos

graduados em centros de educação afins no exterior, o que é verdade até certo ponto; porém, o Salafi-Wahhabismo tem uma longa história em Moçambique. Geralmente, enquanto houver muçulmanos, a radicalização está latente, porque a ideologia político-religiosa, incluindo a ideologia jihadista, está disponível e os moçambicanos sempre estiveram cientes disso. No entanto, a ideologia Salafi-Wahhabi sozinha raramente produz um movimento jihadista ou catalisa o extremismo nos dias de hoje, já que muitos dos seus representantes defendem que os muçulmanos devem adaptar-se aos contextos sociopolíticos actuais. Rebelar-se contra o governo, declarar muçulmanos comuns, até mesmo xiitas, como apóstatas, bombardear mesquitas ou decapitar pessoas são algumas das práticas rejeitadas pelos Salafistas tradicionais.

Quando os jovens negros moçambicanos do norte (em oposição aos líderes indianos ou mestiços do Conselho e do Congresso do sul) retornaram dos estudos no exterior no final da década de 1990, alguns deles foram acomodados e encontraram empregos, enquanto outros perderam a esperança de ter emprego e optaram por um movimento de base que contava com doações e apoio da comunidade, porque eles não podiam aceder aos fundos internacionais controlados pelo Conselho ou Congresso. Em 1998, esses jovens graduados pelas universidades Salafi-Wahhabi e os alunos que eles educaram, juntamente com outros seus associados, criaram um movimento chamado Ahl al-Sunna (também conhecido como Ansar al-Sunna), mas foram impedidos de o registar oficialmente. Este movimento era bastante poderoso e generalizado já em 2007, e era algo parecido com a Irmandade Muçulmana (Ikhwan al-Muslimin) nas suas acções e abordagens, com uma clara desaprovação do partido governante Frelimo e do Conselho Islâmico, a instituição Wahhabi-Salafi que, como alegaram, os tinha abandonado. *Da'wa*, ou proselitismo, é o princípio central do Salafismo, e isso requer a construção de escolas e madrasas para ensinar o Alcorão e a interpretação particular do Islão deles. No entanto, deve-se notar que construir mesquitas e madrasas também é considerado como um requisito geral do Islão pela maioria dos muçulmanos: ensine se puder e construa mesquitas se tiver os meios para o fazer. Atacar e destruir estruturas físicas, como mesquitas e madrasas, como foi feito pela segurança do Estado, não irá deter ou eliminar a ideia, e as estruturas por si só, sem as pessoas que pregam as ideias, não passam de pedras.

Podemos afirmar com firmeza que o Wahhabi-Salafismo em Moçambique foi doutrinado tanto pelo movimento Ahl al-Sunna como pelo Conselho Islâmico, o que significa que não só os clérigos mas também a população em geral, especialmente os jovens, foram expostos a estas ideias. A ideologia jihadista sempre foi conhecida pelos moçambicanos, mas na década de 1980, quando a maioria dos jihadistas estava lutando contra os soviéticos no Afeganistão e desenvolvendo uma nova ideologia jihadista mais radical, os muçulmanos moçambicanos viviam a Guerra Civil e, após o Acordo de Paz, concentraram-se no que parecia ser um mundo novo e promissor. Eles foram para a escola em massa para recuperar o tempo perdido, começaram a ocupar várias profissões e cargos e abriram negócios. Isso, no entanto, durou pouco, pois o país entrou no Ajustamento Estrutural e algumas das perspectivas de esperança para o futuro esmaeceram gradualmente, especialmente desde o início do investimento directo e da indústria extrativa, liderado por corporações internacionais. Nisto, de acordo com estudiosos como Joseph Hanlon e muitos outros, as elites da Frelimo parecem ter lucrado e beneficiado largamente à custa das comunidades que se consideram legítimas proprietárias das terras e das riquezas que nelas se encontram. Essa percepção de que a terra era

propriedade dessas comunidades foi de alguma forma reafirmada pela Lei de Terras e, mais tarde, pelo reconhecimento legal de “tradições e costumes” sob a forma de líderes comunitários e curandeiros.

O desenvolvimento da ideologia política moderna do Islão deve muito a Muhammad Abduh (1849 –1905) e seu discípulo Sayyid Qutb (1906 – 1966). No entanto, o tipo de revisão de jihad empreendida por intelectuais islâmicos que deu origem e sustentação ideológica a grupos como Al-Qaeda é completamente nova, pois mina o princípio básico de aceitar os governantes, sejam eles quem forem até o dia do Juízo Final ou quando surge um verdadeiro líder islâmico. Embora defendendo o ponto de vista *takfiri* (caracterização dos muçulmanos que não são Salafistas como apóstatas ou descrentes (*kaffir*) e hipócritas, *munafique*), Al-Qaeda priorizou a luta contra os não-muçulmanos e até fez tentativas de conquistar o coração e a mente dos muçulmanos.

Para o caso de Cabo Delgado - porque o jihad entrou em prática nesta época particular de 2017 ou 2019 e nesta região particular de Cabo Delgado - permanece um ponto de discórdia. No entanto, olhando para trás para a história da região, vendo que as ideologias radicais ou jihadistas sempre estiveram disponíveis para os muçulmanos locais, através das suas ligações à *umma* regional e global, e através da sua educação, depois de observar a situação em Cabo Delgado ao longo de 3 últimos anos, fica claro que as mudanças neoliberais e a violência do Estado e das instituições de segurança estiveram na base deste novo jihad.

Estudando o caso do Iraque, Nibas Kazimi aponta que os estudiosos devem abordar a questão de porque o radicalismo islâmico foi lançado a partir de uma região específica e buscar explicar as características sociais, culturais e económicas que se prestam ao actual projeto “revivalista” empreendido pelos jihadistas. Othman Alkhadher e Nicholas C. Scull também argumentam que o radicalismo, o separatismo e outras motivações ideológicas para o terrorismo, que parecem ser intrinsecamente não-económicas podem na verdade resultar de condições económicas subjacentes associadas a um nível mais baixo de educação em países com condições socioeconómicas, políticas e demográficas desfavoráveis. Um relatório recente do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento da Universidade das Nações Unidas (UNU-WIDER) afirma que “Moçambique não é um caso de captura do governo por uma elite empresarial, mas de captura de negócios pela elite política”.

Ao mesmo tempo, a forma como o jihad vem evoluindo desde 2019 sugere que os protagonistas optaram pela forma de jihad interpretada pelos ideólogos do ISIS ou Estado Islâmico, uma ideologia que se desenvolveu entre os anos 1990 e os dias actuais. Mesmo que o Estado Islâmico não se tenha estado engajado desde o início na insurgência de Cabo Delgado e se tenha filiado apenas em julho de 2019, neste momento o que domina a insurgência de Cabo Delgado parece ser uma abordagem jihadista e uma ideologia intimamente associada ao Estado Islâmico, ou ISIS. Embora, como regra, os terroristas são heterogêneos psicologicamente, e cada terrorista é motivado pelo seu próprio complexo de experiências e características psicológicas, parece que a influência ideológica do Estado Islâmico é visível neste momento. Eu os chamo de terroristas porque eles estão engajados na violência para obter os resultados ideológicos, religiosos ou políticos desejados, visando principalmente os civis não-combatentes, embora o jihad de Cabo Delgado também seja claramente uma insurgência contra o Estado e o partido no poder.

Algumas das ideias expressas pelos académicos e especialistas em segurança parecem enganosas. Alguns estudiosos, seguindo a caracterização do Boko Haram por Raoul Mustapha, argumentaram que ash-Shabab de Cabo Delgado emergiu de uma seita. Mustapha seguia a ideia de que Boko Haram era uma seita Khawarij, mas essa ideia já não é aceita. Em vez disso, o Boko Haram é um movimento jihadista dentro da seita sunita. A outra ideia é que ash-Shabab de Cabo Delgado emergiu da seita Coranista (Qur'anist). Mas sendo um movimento Salafi-jihadi e *takfiri*, com orientação sectária Sunita, eles não podem aceitar o Coranismo e outras seitas, incluindo xiismo. Os Coranistas são executados rotineiramente em alguns dos países do Golfo Pérsico e são odiados pelos Wahhabi-Salafis e, mais ainda, pelos movimentos jihadistas recentes. Além disso, o nome de Ahl al-Sunna, significa “o povo de Sunna” (Sunna significa os actos e ditos do Profeta Muhammad) e eles claramente seguem o Hadith (seis colecções consideradas verdadeiras (*sahih*) autorizadas de Sunna, nomeadamente de 5 Al-Bukhari, At-Tirmidhi, Muslim, Abu Dawood, al-Nasa'i, ibn Majah), e, portanto, os ash-Shabab não podem negar Sunna e Hadith e seguir apenas o Alcorão, pois isso seria considerado *takfir* e *haram* (ilícito). Isto também seria contra a sua posição de promover a Sharia, pois a postura Coranista seria contra a Sharia, e portanto inaceitável. O que falta esclarecer é a alegada adesão às orações três vezes ao dia em vez de cinco. Mas outras características do ash-Shabab de Cabo Delgado, como de usar calças curtas e rezar com sapatos nas mesquitas, são consideradas não recomendadas, mas não são proibidas no Islão, de acordo com várias fatwas (opiniões jurídicas religiosas).

Seguindo o estudioso Hasan Hasan, sugiro que para entender como o ash-Shabab surgiu em Cabo Delgado, precisamos aprender que programas de televisão, música, revistas, currículos, sermões de sexta-feira, e assim por diante, entraram na formação desses jovens. Quais foram as influências suaves que os empurraram para o caminho de jihad, em oposição às influências duras da política, por exemplo? Precisamos recolher relatos de primeira mão sobre as motivações e memórias dos que foram atraídos pelo jihad, que se vêem como buscadores de conhecimento e como revolucionários.

No entanto, a razão pela qual penso que os ash-Shabab de Cabo Delgado são influenciados pelos ideólogos jihadistas mais recentes é por causa de violência espetacular e as acções que eles empreenderam até agora, sobretudo nos últimos dois anos. Baseio o meu argumento nos estudos de Fawaz Gerges, Hasan Hasan, William McCants e Aida Arosoie. Hasan, em particular, argumenta que certos livros e panfletos de ideólogos mais recentes de jihad influenciaram o Estado Islâmico, entre os quais os livros de al-Shuaibi sobre a inadmissibilidade para os muçulmanos de procurarem a ajuda de ‘infieis’ para ganhar influência na sociedade, e de Al-Khudayr, de que sistemas e seguidores não-islâmicos são ilegítimos para os muçulmanos e que a adesão aos seus ensinamentos e instituições é imperdoável. O ideólogo mais influente de novo jihad parece ser Abu Bakr Naji, um ex-membro do grupo egípcio Jihad Islâmico cujo nome verdadeiro é Mohammad Hasan Khalil al-Hakim. Ele escreveu um livro intitulado ‘A gestão da selvageria: a fase mais crítica por que a umma passará’, publicado online em 2004, onde declarou que “aqueles que praticaram jihad sabem que o jihad não é nada além de brutalidade, crueldade, terrorismo, dissuasão e sofrimento. Estou falando sobre jihad e luta, não sobre o Islão, então que não se confundam os dois. A luta não pode continuar e a transição de uma fase para outra não ocorre, a menos que a primeira fase inclua aflição e dissuasão do inimigo.” Naji justifica a decapitação não apenas como religiosamente permissível, mas também recomendada por Deus e o Profeta, e

ainda declara que derramar o sangue de um 'infiel' é "permissível de forma absoluta". Ele acha que ajudar aos 'infiéis' contra os muçulmanos é uma forma maior de falta de fé que torna um muçulmano inequivocamente em um infiel (um *kaffir*), sujeito à punição mais severa possível.